

Declaração Política do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD/Açores

Horta, 15 de dezembro de 2021

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhor Vice-presidente do Governo
Senhoras e Senhores membros do Governo

A senhora Ministra da Coesão Territorial afirmou ontem que o atual Governo da República é, e cito, «dos Governos mais centralistas que o nosso país já teve».

Não é o PSD que o diz. É uma governante socialista da República.

A Ministra da Coesão Territorial disse mais: disse que o senhor Primeiro-Ministro «reconhece» que este é um dos Governos mais centralistas que Portugal já teve.

E acrescentou que, e volto a citar: «esse centralismo acentuou-se com a pandemia».

Isto foi dito – ontem, sublinho, ontem – por uma ministra que é também candidata e cabeça-de-lista do Partido Socialista nas próximas eleições legislativas nacionais de 30 de janeiro.

De facto, este Governo da República é um dos Governos mais centralistas que o país já teve.

Com a agravante de se tratar de um Governo dissimulado na relação com os Açores.

Enquanto fingia ser amigo das autonomias regionais, o Governo da República do Partido Socialista desconsiderava muitas das justas pretensões dos Açores.

A ação política deste Governo da República revela um profundo pendor centralista.

Foi assim durante seis anos.

Quase todos os meses nos deparámos, nos Açores, com decisões da República que não respeitaram a nossa Autonomia.

Ainda este mês, fomos confrontados com três atitudes que afrontam os Açores e o respeito pelas Autonomias.

O Governo da República do Partido Socialista criou uma medida de apoio excepcional de compensação às empresas pelo aumento do salário mínimo.

Mas as empresas dos Açores ficaram impedidas de aceder a esse apoio.

Desde este mês, os açorianos são obrigados a preencher um formulário sempre que viajam para o continente.

O mesmo não é exigido nos voos entre aeroportos continentais.

Trata-se de uma medida discriminatória e atentatória da nossa cidadania.

Para os socialistas, há portugueses de primeira e de segunda.

Também este mês de dezembro foi conhecida a pretensão do Governo da República de retirar à Região todos os poderes que os Açores têm em matéria de regulação das atividades espaciais.

Não podemos aceitar um comportamento idêntico ao que foi tentado pelos centralistas com a Lei do Mar.

Este é assunto demasiado importante para o país, que não pode ignorar as competências e as mais-valias que os Açores oferecem neste domínio.

Estes três exemplos recentes não são casos isolados. Bem pelo contrário.

São o culminar de uma governação marcada por um padrão centralista e de incumprimento das promessas feitas aos açorianos.

Este Governo da República do Partido Socialista é reincidente a falhar com os Açores.

Nos últimos seis anos, ficaram por resolver as grandes questões da competência da República em relação aos Açores.

O novo cabo submarino de telecomunicações não passou do papel.

O futuro estabelecimento prisional de Ponta Delgada continua inerte em bagacina.

No processo de descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira tem faltado coragem e determinação ao Governo da República para defender os interesses dos Açores e do Estado Português.

O Aeroporto da Horta ainda aguarda o cumprimento das promessas socialistas, apesar do compromisso do atual Governo Regional para participar o projeto de ampliação da pista.

A Universidade dos Açores, cuja importância é determinante para o nosso futuro coletivo, continua à espera, pois o atual Governo da República insiste em desprezá-la e em falhar com os compromissos assinados.

Este Governo da República do Partido Socialista foi o campeão das promessas para os Açores, mas o lanterna vermelha dos resultados.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhor Vice-presidente do Governo
Senhoras e Senhores membros do Governo

As eleições legislativas nacionais de 30 de janeiro próximo são muito mais do que a escolha de um governo.

Trata-se de um ato eleitoral a que os açorianos serão chamados para escolher os representantes do Povo dos Açores na Assembleia da República.

O compromisso dos candidatos da coligação PSD/CDS-PP/PPM é fazer de cada uma das questões açorianas uma causa nacional.

Conosco, os Açores estão acima de disciplinas partidárias e das lealdades e subserviências políticas.

Vamos sempre tirar partido pelos Açores e só pelos Açores.

O projeto político da AD/Aliança Democrática põe o bem dos Açores acima dos interesses partidários.

Porque os Açores são o nosso partido.

Em todas as questões em que estejam em causa os Açores, enfrentaremos os problemas, apresentaremos propostas e exigiremos resultados.

As mulheres e os homens que compõem a lista da AD/Aliança Democrática não se candidatam contra ninguém.

São candidatos que vão representar o Povo dos Açores na Assembleia da República, conscientes que se trata de uma grande responsabilidade e, simultaneamente, de um enorme privilégio.

A AD/Aliança Democrática apresenta uma equipa que está profundamente empenhada e motivada para trabalhar a favor dos Açores e dos açorianos.

Trata-se de uma lista plural e representativa, composta por pessoas que querem, acima de tudo, servir a nossa Região.

São pessoas com provas dadas nas suas profissões e nas comunidades em que vivem.

A AD/Aliança Democrática apresenta uma lista de candidatos que corresponde ao prestígio e à melhor defesa dos Açores.

Estamos empenhados em ser porta-estandarte das cores dos Açores.

Não abdicaremos de defender, sem medo, a Causa Açoriana.

Porque os Açores são o nosso partido.

Disse.